"Andava vagando no mundo[1]": Memórias das trajetórias de um *campesinato negro itinerante* no Rio Grande do Sul

MARIA DO CARMO MOREIRA AGUILAR[*]

Introdução

O presente artigo tem como objetivo acompanhar a trajetória da comunidade remanescente de quilombo de Rincão dos Caixões, situado em jacuizinho/RS. O estudo é a tentativa de estabelecer um diálogo entre as experiências dessa comunidade negra, trazidas a tona pelos fragmentos de memória, com o conceito de *campesinato negro itinerante* cunhado por Hebe Mattos e Ana Lugão Rios a partir do estudo feito com os descendentes da última geração de escravos na região Sudeste do Brasil. A emergência do passado desta família, descendente da última geração de escravos do Rio Grande do Sul, se aproxima do que as pesquisadoras denominaram como *campesinato negro itinerante.*

Sobre a itinerância, Matos e Rios (2004: 181) em estudo sobre a vida da primeira geração de libertos que viveram na região sudeste do Brasil informam que no período pós-abolição foi concluída a legislação que dificultou o acesso à terra pelos recém libertos. Taxas territoriais foram criadas e o Estado passou a demarcar as terras devolutas, os situantes sem título de propriedade foram considerados ilegítimos, dando início ao processo de expropriação de terras que foram adquiridas, em muitas ocasiões, através da compra informal.

[*] Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestrado em andamento no programa de pós-graduação em História, bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

[1] Trecho da entrevista concedida por Erocilda da Silva em 19 de abril de 2008 a Cristian Jobi Salaini e Vinicius Pereira de Oliveira, integrantes da equipe de pesquisa que produziu o relatório sócio-histórico antropológico do quilombo Rincão dos Caixões.

Após a Lei de Terras[2], e a partir da década de 1890, a venda informal desapareceu e os impostos territoriais comprometeram a herança das pequenas propriedades. Com a perda do título das terras, inúmeras famílias de ex-escravos passaram a se deslocar constantemente formando uma massa de trabalhadores sazonais, dando início a um período de extrema mobilidade, violência e privações. Mattos e Rios dividem em duas as possibilidades dos recém libertos, ou dois extremos, de um lado a estabilidade via contrato, mesmo informal, e por outro uma intensa mobilidade de famílias negras e de homens solteiros. A essa massa migratória, Rios deu o nome de *campesinato negro intinerante*[3]. Assim, essas famílias negras tiveram neste constante deslocar o traço mais marcante da experiência como lavradores parceiros nas primeiras décadas do século XX, tendo suas trajetórias marcadas por expulsões cíclicas das terras que ocupavam no interior das propriedades em que trabalhavam. (MATTOS & RIOS, 2005: 196).

Metodologicamente optamos pela redução da escala de análise para acompanhar a história do grupo específico. Entendemos como Giovanni Levi (1992: 137), que a redução da escala pode revelar aspectos da história dessas comunidades que passariam despercebidas em macro-abordagens cuja tendência é de homogeneizar ou negligenciar o espaço social de cada indivíduo. Entretanto, privilegiar a escala pequena não significa que perdemos de vista o contexto mais amplo em que a história dessas comunidades se insere. Os indivíduos ou grupos não estão livres para fazerem o que querem, como se estivessem fora dos contextos mais amplos. Esses contextos maiores delimitam e moldam as experiências individuais. Sendo, portanto, inseparáveis. A alternância de escala (REVEL, 1998: 30-31), passagem do olhar microscópico para uma observação macro-social e vice versa, nos revelou níveis de interpretação distintos, a variação de escala nos possibilitou alcançar de diferentes formas as "realidades concretas da história".

Utilizamos também a narrativa oral, opção que se justifica pela forma como a história oral privilegia e ressalta a história dos excluídos, das minorias e dos

[2]Sobre o impacto da Lei de Terras para os recém libertos ver MATTOS, Hebe Maria & Ana Maria Rios. O pós abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, volume 5, no. 8, January-June 2004, pp. 170-198.

[3] Para RIOS apesar da contradição de termos, *campesinato itinerante* foi a única expressão que conseguiu resumir a forma de vida encontrada por aqueles que, apesar da extrema mobilidade tentavam de inúmeras formas se fixar, realizando com isso o desejo de estabilidade e roça (2005: 252)

marginalizados, destacando a importância das "memórias subterrâneas" que sendo uma característica das culturas dominadas emergem contrariando a "memória oficial" (POLLAK, 1989: 2). O testemunho oral nos permitiu esclarecer trajetórias, acontecimentos, que, em muitas vezes, esquecidos pela "história oficial", não tem outra forma de serem esclarecidos. Com Peter Burke (1992:13) entendemos que em geral, os registros oficiais expressam o ponto de vista oficial. "Para reconstituir as atitudes de elementos marginalizados pela historiografia tradicional, tais registros necessitam ser suplementados por outro tipo de fonte.". Sendo assim, os depoimentos orais, usados como fonte, tornou-se uma importante porta de acesso ao passado das comunidades negras, cujos registros escritos são poucos ou inexistentes.

Os percursos e percalços de um *campesinato itinerante* no Rio Grande do Sul

Situado no planalto do Rio Grande do Sul, em meio a extensas plantações de soja, que rendem uma paisagem interminável, numa área íngreme e pedregosa, uma "borda"[4] de terra encontra-se a comunidade remanescente de quilombo Rincão dos Caixões, no qual convivem cerca de 10 famílias[5]. Essa área termina nas margens do Rio dos Caixões, com o qual a comunidade mantém relações históricas[6]. Ao acessar os fragmentos de memória dos integrantes desta comunidade, se descortina a nossa frente um período de privações, arbitrariedades, extrema mobilidade e injustiças pelas quais essas comunidades passaram. Uma trajetória errante que se aproxima deste *campesinato negro itinerante* denominado por Mattos & Rios (2005). A matriarca da família, é Erocilda dos Santos, não tem como mergulhar no universo dessa comunidade sem a autorização dessa emblemática figura.

O que nos salta aos olhos ao imprimir o primeiro olhar sobre este quilombo é o não cercamento das casas. Uma apropriação espacial em coletividade com a parentela, experimentando um conjunto de "saber-fazer" compartilhado de forma coletiva pelo

[4] "borda" e "recheio" esses são os termos utilizado pelos quilombolas para caracterizar a terra, na qual "borda" seria a terra pouco fértil, ou de segunda mão e o "recheio" da terra as áreas mais produtivas.

[5] Este número de famílias foi verificado em 2008.

[6] A trajetória de Erocilda está ligada ao curso deste rio. A partir de sua primeira desterritorialização, ela vai migrar oferecendo mão de obra, tendo o curso do rio como referência. Um evento importante que cessou sua trajetória itinerante, a doação do território hoje ocupado, também se deu as margens desse rio.

grupo. É importante lembrar que estamos lidando com um modelo peculiar de apropriação do espaço. O "não-cercamento", as formas de cultivo somadas às formas particulares de trabalho compartilhadas pelo grupo aproximam este universo empírico àquilo que Almeida (1989) nomeou de "terras de preto[7]". As pequenas moradias distribuídas pelo território do quilombo possuem como um dos elementos agregadores de sua cultura o cultivo de ervas e as hortas. As ervas cultivadas pelas famílias, os chás com propriedades curativas, e o fato de Erocilda da Silva ser uma requisitada parteira são algumas das inúmeras práticas culturais cotidianas desenvolvidas pelo grupo.

Cabe evidenciar, que estas praticas não podem ser pensadas de forma isolada ou como característica apenas deste grupo. "A reprodução do grupo e a reprodução da cultura são indissociáveis, portanto, não se podem isolar práticas culturais (como a benzedura e a utilização de chás, por exemplo) e analisar o grau de difusão como comprovativo da especificidade ou não do grupo" (ANJOS, 2008:176). Não se comprova a peculiaridade do grupo através da análise do grau de difusão de suas práticas cotidianas. "É no modo como as práticas se integram no todo do sistema de reciprocidade territorialmente fundado que a especificidade se manifesta". (ANJOS, 2008:176). Assim, o que está em jogo, não é o grau de difusão de tais práticas, ou a tentativa que acarretaria no erro de enquadrá-las como características apenas dos quilombolas, mas sim, perceber que é a singularidade da utilização delas pelo grupo, a forma diferenciada com que tais práticas se corporificam em sua cultura, que faz a diferença entre o "nós" e o "outro".

No quilombo Rincão dos Caixões as plantações de milho, mandioca e amendoim, se espalham pela área que, como dito anteriormente, não possuem cercamentos. O plantio e colheita são realizados entre um trabalho e outro, uma vez a maioria destas famílias não conseguem tirar da terra o necessário para a sobrevivência. A renda se completa com trabalhos sazonais nas lavouras de soja do entorno ou em pedreiras, reproduzindo os modelos de exclusão social da região. Assim, tanto o plantio quanto a colheita em suas roças, baseia-se na união e coletividade do grupo.

[7] *Terras de Preto* são terras doadas, entregues ou adquiridas por comunidades negras após a abolição e na desagregação do latifúndio, ou extensões que permaneceram em isolamento relativo, mantendo regras de direito consuetudinário com apropriação comum dos recursos (ALMEIDA, 1988). Para maior aprofundamento desta temática ver ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. "Terras de preto, terras de santo e terras de índio: posse comunal e conflito". Revista Humanidades, Brasília, UnB, Nº 15, 1988, p. 42-48

O território hoje ocupado foi fruto de uma doação que remonta a 1960. A matriarca da família, Erocilda dos Santos, é oriunda de outra comunidade negra o Sítio/Linha Fão localizada em Arroio do Tigre/ RS. A história da comunidade do Sitio/Linha Fão se entrelaça com a história agrária do Rio Grande do Sul. Em um período posterior a abolição da escravidão, de acordo com relatos dos membros das duas comunidades, Pedro Simão, cujos ancestrais de Erocilda dos Santos haviam sido escravos, teria doado uma parcela de suas terras para essa família negra.

> Vinicius[8]: Essa terra que a sua falecida mãe morava antes lá em baixo, a Senhora sabe como ela chegou lá, se ela comprou, se ela ganhou?
> Dona Funé: Ela ganhou da Nair, que essa irmã mais nova, que ganhou de presente do padrinho dela, o falecido Pedro Simão.
> Vinicius: Ah, lá em baixo ela ganhou do Pedro Simão?
> Dona Funé: Ela ganhou do Pedro Simão.

Não podemos precisar a intenção de Pedro Simão no ato da doação, porém cabe lembrar que a prática de conceder pequenos lotes ou áreas nas extremidades da propriedade para que agregados estabelecessem "postos", foi recorrente durante a escravidão como também em períodos posteriores. Essa prática consistia em um mecanismo de defesa das áreas limítrofes da fazenda, como também fornecimento de mão de obra barata e alimentos (ZARTH, 1997:169).

No Planalto rio-grandense no qual as duas comunidades fazem parte, em finais do século XIX a agricultura recebeu um significativo impulso. A construção da ferrovia possibilitando o acesso a importantes mercados agrícolas do sul, aliado a extensas áreas devolutas, ou postas a venda por preços irrisórios atraiu para região imigrantes estrangeiros e agricultores provenientes de outras partes do Estado. Com a expansão agrícola e a mercantilização da terra, os lavradores pobres, que no mais das vezes não possuíam o título da terra que ocupavam, sofriam investidas constantes de poderosos do entorno que viam no arremate do território, seja na forma da compra ou expropriação uma forma de aumentar ainda mais os seus domínios (ZARTH, 1997:115). Esta falta do título da terra parece ter sido o motivo da expropriação sofrida por alguns moradores do

[8] Trecho da entrevista coletiva realizada com Edoilde Xavier da Silva (Dona Funé), Oralina Fernandes da Silva (Dona Pretinha) e Erocilda dos Santos em 17 de maio de 2008 por Vinicius Pereira de Oliveira, Cristian Jobi Salaini e Maria do Carmo Aguilar.

Sítio/ Linha Fão, desencadeando em um período de itinerância, como aponta o relato de Etuíno da Silva[9]

> Maria do Carmo: Mas por que eles saíram?
>
> Etuíno: Por causa dos papel que fizeram da terra lá, fizeram isso aí com os papel, foram tomando conta lá, daí....Iam tomando conta, ficavam de donos da terra, que a terra não tinha documentos. Não tinha documento da terra. Daí lá no Sítio faziam... Pedaço de terra e botavam no nome deles e se adonavam da terra. (...) Daí eles fizeram aquele documento lá e daí nem falaram nada pro finado meu pai, começaram a meter os bois lá e largaram a plantar trigo e daí tudo armado, né, naquela época não tinha muita lei.
>
> Maria do Carmo: E os outros que estavam lá, o que eles fizeram?
>
> Etuíno: Aí eles se espalharam, (...) se espalharam tudo.

A dificuldade de formalizar a posse do território, exigida pela Lei de Terra de 1850, por parte das camadas sociais mais populares, foi utilizada pelos grandes proprietários para pressionar a venda ou expulsá-los da terra que habitavam como aponta Zarth

> O acesso à terra, do ponto de vista legal, ficou difícil para as camadas pobres da população camponesa, mas nem tanto para as elites locais, que além de regularizar suas propriedades procuravam avançar ou incorporar novas áreas onde viviam muitos posseiros pobres sem poder para reagir. (1997: 60)

A memória comum do grupo aponta Elibio Heringer, fazendeiro conhecido na região como Libinho, o principal responsável pelo processo de expropriação sofrido pelo grupo. Elibio inicia um processo expulsão ou de compra de terras através da intimidação pagando pelo território latas de querosene, banha ou então alguns metros de tecidos. Como aponta os relatos de Etuino da Silva, Valetim Fernandes e Almeri Fernandes, ambos residentes no quilombo Rincão dos Caixões[10].

[9] Trecho da entrevista concedida por Etuíno da Silva em 21 de abril de 2008 a Maria do Carmo Aguilar integrante da equipe de pesquisa que produziu o relatório sócio-histórico antropológico do quilombo Rincão dos Caixões.

[10] Cabe lembrar que tanto Etuino e Valentin cujos pais foram expulsos da área do Sitio Novo Linha Fão se territorializaram no quilombo de Rincão dos Caixões que teve sua conformação a partir da doação da área a Erocilda Fernandes Também oriunda do Sitio Novo Linha Fão.

> Etuino[11]: Tava em cima. Daí eles fizeram aquele documento lá e daí nem falaram nada pro finado meu pai, começaram a meter os bois lá e largaram a plantar trigo e daí tudo armado, né, naquela época não tinha muita lei e aí, "vou lá no Libinho e vou vender essa terra pro Libinho", par não dá morte aí por causa da terra, daí ele foi lá no Libinho (?) pra não dá de graça, foi quando o Libinho deu uma lata de querosene, deu uma lata de banha, (...)
>
> Maria do Carmo: Ele deu essa lata de banha, querosene a troco de que?
>
> Etuino: Em troco do pedaço de terra lá.

O relato de Valentin Fernandes, também de direciona para coações

> Valentin[12]: (...) Daí foram vendendo, daí venderam a parte deles [referindo-se aos seus pais] e daí foram vendendo pra não perder tudo, pra dívida não sair tudo...
>
> E2: Como se fosse um dinheirão! Era um saco de farinha [referindo-se ao que os pais de Valentin ganharam pela venda] eu me lembro que ela pegou um saco de farinha, uma fazenda de roupa, eu me lembro que esse aí ganhou uma blusa verde, e a finada mãe dele morava com nós e ganhou uma fazenda pra fazer um vestido

Almeri Fernandes[13], por sua vez relata vendas por gêneros alimentícios, motivadas, sobretudo pela intimidação.

> Maria do Carmo : E quem é esse Libinho que tu me falou que...
> Almeri: É fazendeiro. (...) É, que ele foi pegando as terras de todos eles ali.
> Maria do Carmo: Como assim, pegando?
> Almeri: Pegando! Eles iam vendendo por nada, por roupa, por lata de banha, saco de farinha, saco de sal. (...) Mas eles já queriam pegar, né, e tirar eles dali, daí foram...
> Maria do Carmo: Ah, o Libinho queria tirar eles dali?
> Almeri: Ham, ham. E daí eles acharam que iam perder tudo e daí foram pegando, eles tinham loja, lá, bodega, eles iam lá e...
> Maria do Carmo: Quem tinha bodega?
> Almeri: O pai do Libinho.
> Maria do Carmo: Mas dinheiro, assim, ele não oferecia?
> Almeri: Não.

[11] Trecho da entrevista concedida por Etuíno da Silva em 21 de abril de 2008 a Maria do Carmo Aguilar integrante da equipe de pesquisa que produziu o relatório sócio-histórico antropológico do quilombo Rincão dos Caixões.

[12] Trecho da entrevista concedida por Valentin Fernandes em 21 de abril de 2008 a Maria do Carmo Aguilar integrante da equipe de pesquisa que produziu o relatório sócio-histórico antropológico do quilombo Rincão dos Caixões.

[13] Trecho da entrevista concedida Almeri Fernandes em 21 de abril de 2008 a Maria do Carmo Aguilar integrante da equipe de pesquisa que produziu o relatório sócio-histórico antropológico do quilombo Rincão dos Caixões.

Com a diminuição da área do Sítio/Linha Fão, diversas famílias se veem forçadas a deixar o território, com essa desterritorialização inicia-se um período de extrema mobilidade, esse deslocar-se contínuo se aproxima do que Mattos e Rios chamaram de *campesinato negro itinerante*. Estas mudanças contínuas, devido à expulsão do território, permeiam quase todo relato de Etuino da Silva Fernandes que considera o período de itinerância como um tempo difícil "Mas era miséria mesmo (...) era braba a coisa". Na memória de boa parte do grupo essas andarilhagens são sinônimo de luta pela sobrevivência e superação de privações. O relato de Erocilda dos Santos demonstra que no processo de expropriações que incluiu boa parte do grupo, os deslocamentos foi alternativa encontrada pelas famílias para tentar se restabelecer frente à sociedade. O "andar aqui e ali" como eles mesmo dizem era sempre no sentido de buscar melhorias nas condições de vida.

> Vinicius[14]: O que levou a Sra a ter que sair lá de Arroio... Que nem a Sra falou que andou trabalhando em várias propriedades, né. O que levou a Sra a ter que sair de lá?
> Erocilda: Pra procurar melhora, pra ver se melhorava, que às vezes eram lugares apertados, nessa época lá, era apertado, não é como agora que tem...
> Cristian: Lá em Arroio do Tigre já era apertado?
> Erocilda: Era, era apertado e a gente... Tem que andar... Que andava vagando no mundo, tinha que procurar melhora.
> Vinicius: A Sra tava casada, com filho já, quando a Sra saiu de lá ou não?
> Erocilda: Não. Empregava, desempregava,

Neste contexto de extrema mobilidade, as relações de trabalho, através de contratos de parceria, tornam-se uma importante porta de acesso para a realização do projeto camponês de estabilidade e roça (MATTOS & RIOS, 2005). Para essa camada itinerante da população rural que vivia "nos limites da sobrevivência", o que estava em jogo era a conquista de estabilidade através da posse da terra. Porém, as relações de trabalho que se estabeleciam no campo, eram relações de poder procedentes de um tecido social assentado em bases hierárquicas, em detrimento de outro segmento social

[14] Trecho da entrevista concedida por Erocilda da Silva em 19 de abril de 2008 a Cristian Jobi Salaini e Vinicius Pereira de Oliveira, integrantes da equipe de pesquisa que produziu o relatório sócio-histórico antropológico do quilombo Rincão dos Caixões.

despossuído de terra e direitos. O relato de Erocilda[15] revela as relações de trabalho que se estabeleciam no campo, em muitas vezes, procedentes de sua condição itinerante. São narrativas de arbitrariedades e armadilhas de aprisionamento do trabalho imposta as famílias negras.

> [...]. E eu cheguei a trabalhar pra certos patrões meus, não é, eu cheguei a trabalhar, não tinha hora, pra ele não fazia o que chegue, patrão nunca ficava contente, patrão da gente, que a gente trabalha assim, nunca eles ficam contente, quanto mais a gente faz, mais eles querem, né, e faziam a mala nas costas da gente, enchiam as tulhas, a gente trabalhando, às vezes com fome até... Eu cansei de trabalhar com fome, não nego, cansei.

Um constante deslocar-se "aqui, ali", privações, remunerações insuficientes ou inexistentes, na qual esta camada itinerante estava exposta são evidenciadas no relato de Etuíno[16]

> E, de lá do Sítio nós fomos morar na Tabajara, daí a gente mudou bastante, aqui, ali.(...) Ia trabalhando, ia trabalhando. (...) Mas Deus o livre, hoje em dia essa criançada tem mordomia, sabe, antes, no tempo que a gente foi criado, [período de itinerância] andava de pé no chão e tinha que ir pra lavoura, amanhecer, de "pezito" no chão e tinha que ir, né. (...). Antes era braba a coisa... Tinha que ir lá, a gente plantava aqueles batatal, nós comia tudo, aí terminava, nós pegava a enxada e virava tudo pra ver tinha uma coisa pra nós comer (...). É! Mas era miséria mesmo.

Mattos & Rios (2005: 250) afirmam que a história do campesinato itinerante "está repleta de situações de conflitos e acordos girando em torno da fixação e do rompimento dos contratos verbais. Rompimentos em muitas vezes de forma violenta por parte dos proprietários das fazendas onde essas famílias tentavam se fixar. No Rio Grande do Sul, para o grupo em questão, essa lógica contratual verbal e em muitas vezes instável parece ser a mesma, as lembranças de rompimento dos contratos de

[15] Trecho da entrevista concedida por Erocilda da Silva em 19 de abril de 2008 a Cristian Jobi Salaini e Vinicius Pereira de Oliveira, integrantes da equipe de pesquisa que produziu o relatório sócio-histórico antropológico do quilombo Rincão dos Caixões.

[16] Trecho da entrevista concedida por Etuíno da Silva em 21 de abril de 2008 a Maria do Carmo Aguilar integrante da equipe de pesquisa que produziu o relatório sócio-histórico antropológico do quilombo Rincão dos Caixões.

forma violenta permeiam a memória do campesinato itinerante. Ao acessar os fragmentos de memória de Regis Fiúza doador do território que hoje se localiza a comunidade de Rincão dos Caixões, aclara a fragilidade dos contratos verbais, e as inúmeras situações de violência a que este campesinato estava exposto.

> Régis Fiúza[17]: Eu ouvi os gritos, (...) se não me falha a memória, e era quase meio-dia, eu já tava indo embora, que tinha ido dar sal para o gado e eu ouvi lá em baixo, no Rio Caixão, um choro: "Ai, ai, ai. Ai, socorro! Que barbaridade!". E aquilo veio vindo e veio vindo e eu: "Mas o que é isso!", eu me assustei. Como isso aí? É dentro da minha propriedade eu vou ver, aí quando... Escorei o cavalo, fui, vi um casal com os filhos e grávida ainda e com outro no colo, amamentando, aí eu digo: "Mas o que houve?". "Meu compadre", mas o que é isso comadre?", "Não, o outro fazendeiro, o dono da terra tocou nós, surrou e agora que na época da colheita, é que nós teríamos que colher, ele surrou, espancou nós e colocou nós porta fora de lá e tocou e nós não temos pra onde ir".

Nestes percursos errantes uma casa de tijolos, aspiração de muitas famílias, estava distante do alcance. As famílias itinerantes em grande maioria viviam acampadas, há na memória do grupo diversos relatos sobre as habitações em épocas de andarilhagens, "taipas" casa de "pau a pique", porém, o relato mais contundente é o de Erocilda, que não menciona a palavra casa, mas sim abrigo. Neste exercício de recordar emerge na memória coletiva diferentes temporalidades. Há na memória comum categorias que integram diferentes temporalidades vividas pelo grupo. Para Erocilda a categoria "casa", será utilizada para caracterizar um tempo de melhora da condição de vida do grupo, e em contrapartida a palavra "abrigo" será utilizada por ela para caracterizar o tempo e as condições precárias vivenciadas pela sua família devido a condição itinerante.

> Erocilda[18]: (...) não tinha uma tábua pra botar, dizer, encostar num pau pra atacar o sereno, deles, não tinha nada... A mãe do João Carlos me ajudou muito, é morta, coitada, D. Armerinda, ela me dava tábua todos os dias eu trazia uma tábua de 12, sabe, né, 12 metros, de 12, compadre, assim. Todos os dias eu trazia nas costas da largura desse...

[17] Trecho da entrevista concedida por Régis Fiúza em 13 de maio de 2008 a Cristian Jobi Salaini e Vinicius Pereira de Oliveira, integrantes da equipe de pesquisa que produziu o relatório sócio-histórico antropológico do quilombo Rincão dos Caixões.

[18] Trecho da entrevista concedida por Erocilda da Silva em 19 de abril de 2008 a Cristian Jobi Salaini e Vinicius Pereira de Oliveira, integrantes da equipe de pesquisa que produziu o relatório sócio-histórico antropológico do quilombo Rincão dos Caixões.

> Assim, eu trazia aquela tabua comprida nas costas e fui juntando, juntando pra fazer um abrigo pros meus filhos. (...) eu tinha que fazer um fogo grande porque nós via as cobras, que tavam assim ó, envolta do fogo, com a claridade do fogo elas vinham, elas vinham, daí eu fiz uma gaiola, fazia uma tarimba, compadre. Tarimba, sabe? O compadre também sabe o que é tarimba, eles não sabem o que é tarimba. Eu fiz uma tarimba de pau da grossura dessa cuia, (?) umas estacas e fiz aquela tarimba pras crianças dormirem erguido, por causa das cobras que vinha, pras crianças não dormirem no chão, por causa das cobras, tudo isso aí eu passei e eu não dormia, eu tinha muito medo. (grifos nossos)

"Para as famílias, uma trajetória vivida em casas precárias, emprestadas ou construídas por elas, na qual habitariam por um período limitado de tempo. Algumas vezes este período foi tão curto, que não puderam nem mesmo colher os frutos do que haviam plantado em suas roças" (MATTOS & RIOS. 2005:182).

São recorrentes os relatos que associam, a partir de semelhanças, a situação itinerante dessa camada da população negra com um modo de vida que se assemelha ao experimentado por seus ancestrais no cativeiro, ainda que o período vivenciado por este campesinato fosse posterior a abolição da escravidão. Como aponta o relato de Gino[19]

> Cristian: E tu lembras, de alguma história que talvez a D. Erocilda ou das pessoas lá Sítio falavam da época da escravidão?
> Gino: Não. Daquela época ali nós era tudo pequeno, às vezes contavam, Deus o livre... O meu pai, a mãe contava, no tempo que eles moravam lá ele trabalhavam... Bom, um quilo de banha por dia, trabalhar de cedo até escurecer por causa de um quilo de banha, isso aí é pior que escravidão, não tem, né (...). Não, eu não vou dizer que na época ali, emprego era mais difícil, né, que nem a nossa raça, eu já digo a nossa raça, no caso, era mais difícil, que era o tempo, bem dizer, dos escravos que trabalhavam... O meu pai, eu me lembro que trabalhava um dia pro um quilo de banha, um quilo de banha... Um quilo de banha, o que dá um quilo de banha aí pro... Pros outros, pra tratar 5, 6.

Com base no que vivenciaram ou a partir dos relatos de seus pais ou avós, esse campesinato negro caracteriza o trabalho decorrente da situação itinerante ainda como "escravo". A continuação de mecanismos de exclusão do negro, aliados a impossibilidade de acesso a terra, somadas com o predomínio de relações de trabalho

[19] Trecho da entrevista concedida por Gino dos Santos, em 26 de abril de 2008, a Cristian Jobi Salaini, com presença de Erocilda dos Santos e Querli dos Santos.

instáveis, precárias e no mais das vezes violenta, faz com que a condição de "escravo", na memória desta comunidade, não se restrinja ao período que vigorou institucionalmente a escravidão, "ser escravo" perpassa o cativeiro e acompanha essa camada da população negra, modificando-se somente após sua territorialização.

Cabe aqui evidenciar que este constante deslocar-se leva consigo privações e violências que nos possibilita pensar nesta comunidade como itinerante. Por outro lado essa mobilidade, a busca pelo território, a vida em coletividade, solidariedade étnica, sentimentos de pertença tão necessárias para sobrevivência desta camada da população negra criou formas diferenciadas de percepção do mundo como aponta Gilroy

> O que era inicialmente sentido como maldição - a ausência do lar ou exílio forçado – é reapropriado. Torna-se afirmado e é reconstruído como base de um ponto de vista privilegiado a partir do qual certas percepções úteis e críticas sobre o mundo moderno se tornam mais prováveis. Deve ser óbvio que essa perspectiva incomum foi forjada a partir de experiências de subordinação racial. Desejo sugerir que ela representa também uma resposta aos sucessivos deslocamentos, migrações e viagens (forçadas ou não) que passaram a constituir as condições de existência específicas desta cultura negra (2002: 224)

Deste modo, podemos pensar o período de itinerância desta camada da população negra do Rio Grande do Sul como uma diáspora negra. Este constante deslocar-se leva consigo privações e violências que nos possibilita pensar nesta comunidade como itinerante. Por outro lado essa mobilidade, a busca pelo território, a vida em coletividade, solidariedade étnica, sentimentos de pertencimento, tão necessárias para sobrevivência desta camada da população negra criaram formas diferenciadas de percepção do mundo.

Assim, acreditamos que os dissabores e sofrimentos experimentados pela população desta diáspora geraram um corpo único de reflexões críticas sobre a modernidade (GILROY, 2001). Uma anti-modernidade, no que tange a concepção da propriedade privada da terra. Cabe lembrar que, em contornos modernos, ou seja, capitalista, a propriedade é trabalhada e logo depois transformada em mercadoria negociável através do instituto jurídico de compra e venda, diferentemente da relação estabelecida nas sociedades pré-capitalistas (Wood, 2001). Para o capitalismo surgir, precisou desta mudança da relação com a terra. Para Ellen Wood:

> O capitalismo (...) não nasceu na cidade, mas no campo (...). Não precisou de uma simples extensão ou expansão do escambo e da troca, mas de uma transformação completa das relações e práticas humanas

> mais fundamentais, de um rompimento com antiqüíssimos padrões de interação humana com a natureza. Durante milênios os seres humanos proveram suas necessidades materiais trabalhando a terra (Wood, 2001, p.77).

Desta forma, a terra passa a ser vista predominantemente como mercadoria, o vínculo que se estabelece é o econômico. O acúmulo da terra, transformada em mercadoria, torna-se um negócio altamente lucrativo para uma minoria, e a exclusão da posse da terra pela maioria. Esta última se vê obrigada, a fim de acessar os meios de subsistência, a vender sua força de trabalho por um salário (WOOD, 2001:12). O que gera relações de poder político e de dominação.

O modo de vida dessas comunidades remanescentes de quilombo não se encaixa na visão sugerida de modernidade que abrange e afeta a todos de modo similar, hegemônico. Os quilombolas possuem um ritmo próprio, particular revelando, portanto, as fissuras existentes nesta apreensão abrangente do modelo de modernidade. Há nessas comunidades uma duplicidade de localização, elas se situam dentro e ao mesmo tempo fora da modernidade, são inegavelmente constituídas na modernidade, porém se distinguem dela. Este "estar fora" revela uma independência desafiadora que pode ser sentida no que tange a propriedade privada da terra. Os acontecimentos que emergem no exercício coletivo de rememorar são desencadeados no período de desterritorialização. Assim, a expropriação territorial, migração forçada e o predomínio de relações de trabalho instáveis, precárias e no mais das vezes violentas fizeram com que essa camada errante da população negra, em seu período de mobilidade constituíssem visões de mundo diferenciadas.

Por volta de 1960 Erocilda chega às margens do rio Caixões, após ter sido nas suas palavras "surrada" e "tocada" pelo fazendeiro para quem trabalhava. Na beirada deste rio Régis Fiúza, proprietário de terras no entorno, doa uma parcela de sua propriedade para ela, nas palavras dele, "deixar de ser escrava". O deixar de ser escrava significava territorializar-se. Ao narrar o momento de sua fixação no território, Erocilda aponta para o fato de antes ter "rodado" muito. São lembranças de um tempo de instabilidade, de chegadas e partidas das fazendas da região, mas que ficaram para trás com a sua territorialização.

> Erocilda[20]: Vim rodando e vim vindo, que daí que eu me encontrei aqui e aqui eu fiquei, mas eu fiquei não... Não absolutamente, né, eu entrei aqui com concessão dos donos e fui ficando (...) fui ficando e foi nascendo negro aí e eu fui criando e to aqui.

Ao se fixar no território, estas famílias estabelecem outra forma de pensá-lo sem cercas, uma apropriação espacial em coletividade com a parentela, experimentando um conjunto de práticas culturais, compartilhadas de forma coletiva pelo grupo.

Considerações finais

Plantações de milho, mandioca, amendoim, enfim, a produção doméstica, aprendida ainda na infância em companhia dos pais em suas andarilhagens, é parte indissociável da experiência de vida desses grupos. Assim, adquirir um espaço para o cultivo "e mantê-lo com suas possibilidades de trabalho em família, produção, relativa independência e toda a dimensão de realização pessoal que ela possibilitava foi uma ambição constante" (MATTOS E RIOS, 2005:243). A partir dessas experiências, permeadas por tentativas de se fixar ao território, que para alguns se inicia ainda na infância, o grupo cria relações de pertencimento com o lugar a territorializar, criando seu território de subsistência e relações simbólicas.

É da terra que se tira o sustento da família, "pra ter o que comer o cara tem que plantar[21]". O trabalho dos itinerantes encontra-se intimamente relacionado a terra. Nesta trajetória errante, as famílias, através do trabalho, construíram ou solidificaram suas relações com a terra. Assim, "o processo de trabalho não reproduz apenas alimentos, ao longo dele também são 're-produzidas' ideias" (WOORTMANN, 1997:192). Essas idéias, concepções de mundo sobrepostas na relação com a terra e afloradas no período de itinerância, se evidenciam nos significados que estas famílias imprimem no território atualmente ocupado.

[20] Trecho da entrevista concedida por Erocilda dos Santos, em 26 de abril de 2008, a Cristian Jobi Salaini, com a presença de Querli dos Santos e Gino dos Santos.

[21] Trecho da entrevista concedida por Gino dos Santos, em 26 de abril de 2008, a Cristian Jobi Salaini, com presença de Erocilda dos Santos e Querli dos Santos.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo W.B. *Terras de Pretos, Terras de Santo e Terras de Índio*. Uso comum e conflito. Revista do NEAD/UFPA, 1989.

ALMEIDA, Alfredo W.B. *Os quilombos e as novas etnias.* In.: Quilombos: identidade étnica e territorialidade. ABA, E.. FGV, Rio de Janeiro, RJ, 2002.

ANJOS, José Carlos dos. "Identidade étnica e territorialidade". ANJOS, Jose Carlos dos. SILVA, Sergio Baptista (orgs) *São Miguel e Rincão dos Martimianos. Ancestralidade Negra e Direitos territoriais.* PortoAlegre:RS, UFRGS,2004.

ANJOS, José Carlos Gomes dos; et. Al. "As condições de raridade das comunidades quilombolas urbanas"**.** In: Ivaldo Gehlen; Marta Borba Silva; Simone Ritta dos Santos. (Org.). *Diversidade e Proteção Social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre: afro-brasileitos; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas; remanescentes de quilombos*.. 1 ed. Porto Alegre: Centhury, 2008, v. , p. 167-178.

_____. *O tribunal dos tribunais: onde se julga àqueles que julgam raças*. Horizontes Antropológicos, v. 11, 2005.

ARRUTI, José Mauricio. *Mocambo- Antropologia e História do Processo de Formação Quilombola*. SP. EDUSC. 2005.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário*

das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

BARCELLOS, Daisy Macedo de et. All. Comunidade Negra de Morro Alto. Historicidade, Identidade e Territorialidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

CARVALHO, Ana Paula Comin et al. *A resistência através da permanência***:** relatório antropológico, histórico e geográfico sobre a comunidade negra de Manoel Barbosa. Porto Alegre. 2006.

CARVALHO, M. C. P. *A Atualização Do Conceito De Quilombo: Identidade E Território Nas Definições Teóricas***.** Ambiente e Sociedade (Campinas), v. 10, p. 129-136, 2002.

CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte* (6ª. impressão: 2003). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FRAGA FILHO, Walter. Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro.* Editora 34, São Paulo, 2001.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro - modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34/UCAM - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

GOMES, F. S.: "Quilombos do Rio de Janeiro do Século XIX". In: REIS, J. J. & GOMES, F. S. (orgs.): *Liberdade Por um Fio. História dos Quilombos no Brasil.* São Paulo: Cia. das Letras, 1996a.

_____"Ainda sobre os quilombos: repensando a construção de símbolos de identidade étnica no Brasil". In: REIS, E. et alii.(orgs.) *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas,* São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1996b.

_____*O Campo Negro De Iguaçu - Escravos, Camponeses E Mocambos No Rio De Janeiro (1812-1883).* Estudos Afro-asiáticos, RIO DE JANEIRO, n. 25, p. 43-72, 1993.

_____*A Hidra e os Pântanos. Mocambos e Quilombos no Brasil Escravista.* São Paulo: Editora da Unesp/Polis, 2005. 462 p.

KERSTING, Eduardo. *Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a colônia africana.* Dissertação de Mestrado (PPGHIS/UFRGS), 1998.

KÜHN, Fábio; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo dos Santos. (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul.* 1 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004, v. 1, p. 91-119.

LE GOFF, Jacques. "Memória".In: *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, p. 423-483.

LÉVI, Giovanni "Sobre a micro-história", in Peter Burke (org.). *A escrita da História* (São Paulo, UNESP, 1992), p.139.

_____. *A Herança Imaterial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

MATTOS, Hebe Maria & Ana Maria Rios. *O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. Topoi*, volume 5, no. 8, January-June 2004, pp. 170-198.

MATTOS, Hebe Maria & Ana Maria L. Rios. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós- abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MATTOS, Hebe. "Remanescentes das Comunidades dos Quilombos": *memória do cativeiro e políticas de reparação no Brasil.* In Revista USP, n. 68. dez. jan. fev. 2005 e 2006, p. 104-111.

MATTOS, Jane Rocha de. *Que arraial que nada, aquilo lá é um areal. O Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921).* Dissertação (PPGHIS/PUCRS), 2000.

OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.) *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Comtemporâneas, 1996.

POLLAK, Michel. 1989. *Memória, Esquecimento, Silêncio.* Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 2, n 3, p. 3-15.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne; BARTH, Fredrik. *Teorias da etnicidade.* São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1998.

RATTS, Alessandro J. P. "(RE) CONHECER QUILOMBOS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: Estudos e Mobilizações". In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). *Brasil Afro-brasileiro*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REVEL, Jacques. (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Vera et al. *Chácara das Rosas: O ontem e o hoje de uma luta quilombola:* relatório Antropológico e Histórico de uma Comunidade negra em Canoas/RS.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história***.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003 [1987].

SCHWARTZ, Stuart B. Escravos, roceiros e rebeldes. Bauru: EDUSC, 2001.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In *A escrita da História: novas perspectivas.* Peter Burke (org.) Ed. Unesp, São Paulo, 1992.

SILVA, Eduardo. "Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação". In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TEDESCO, João Carlos. Memória e Cultura: o coletivo, o individual, a oralidade e fragmentos de memórias de nonos. 1. ed. Porto Alegre: Est Edições, 2001.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa.* 3 vols. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Área de Publicação CMU/Unicamp, 1996.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Os Nomes da Liberdade. Ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição. São Leopoldo: Olkos, 2008.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920).* Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

_____. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX.* Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.